

2016

SEMINÁRIO NACIONAL

PIR - PF

**PROGRAMA DO IMPOSTO SOBRE
A RENDA DA PESSOA FÍSICA**

Cosit - Novidades da Legislação

Informações Gerais

Na Intranet da RFB:

Informe-se/RFOC ou Unidades da RFB/RFOC

Subsecretarias/Tributação e Contencioso

Cosit

Biblioteca Cosit

Seminário PIR - PF 2016

“Lista do Material”

- **Apresentações;**
- **Minicoletânea da Legislação;**
- **Perguntas e Respostas;**
- **Alterações no Perguntas e Respostas 2015-2016 (De/Para); e**
- **Mafon;**

REGRAS DE OBRIGATORIEDADE

- recebeu rendimentos tributáveis, sujeitos ao ajuste na declaração, cuja soma foi superior a **R\$ 28.123,91;**
- recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte superior a R\$ 40.000,00;
- obteve receita bruta da atividade rural em valor superior a **R\$ 140.619,55;**
- teve patrimônio superior a R\$ 300.000,00;
- + GCAP tributável, renda variável, compensação de prejuízo da atividade rural, GCAP 180 dias ou adquiriu a condição de residente no Brasil.



**Até às 23h59min59s de
29/4/2016 (horário de
Brasília).**

Ano-calendário de 2015

Mensal

- até o mês de março R\$ 179,71
- a partir do mês de abril R\$ 189, 59

Anual R\$ 2.275,08

Obs.: Os valores aplicam-se a cada dependente individualmente; não há o aproveitamento de sobra de algum(ns) com o excesso de outro(s).

- **Instrução (limite individual) => R\$ 3.561,50 (anual)**
- **Previdência Complementar e Fapi => 12% do rendimento tributável**
- **Desconto Simplificado (20% do rendimento tributável) até => R\$ 16.754,34**
- **Contribuição Patronal do Empregador Doméstico => R\$ 1.182,20**
- **Receita Bruta Atividade Rural (Livro Caixa) => R\$ 56.000,00**

Ano-calendário	Valores isentos mensais (em R\$)
Até o mês de março do ano-calendário de 2015	até 1.787,77
A partir do mês de abril do ano-calendário de 2015	até 1.903,98

Limite anual em 2015 -> 13 meses (inclusive 13º salário) 3x R\$ 1.787,77 + 10x1.903,98 = R\$ 24.403,11

Meses de janeiro a março de 2015

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (em R\$)
Até 1.787,77	—	—
De 1.787,78 até 2.679,29	7,5	134,08
De 2.679,30 até 3.572,43	15	335,03
De 3.572,44 até 4.463,81	22,5	602,96
Acima de 4.463,81	27,5	826,15

A partir do mês de abril de 2015

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (em R\$)
Até 1.903,98	—	—
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Exercício de 2016, ano-calendário de 2015

Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do IR (R\$)
Até 22.499,13	—	—
De 22.499,14 até 33.477,72	7,5	1.687,43
De 33.477,73 até 44.476,74	15	4.198,26
De 44.476,75 até 55.373,55	22,5	7.534,02
Acima de 55.373,55	27,5	10.302,70

Valor do PLR anual (em R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir do imposto (em R\$)
De 0,00 a 6.270,00	0,0%	—
De 6.270,01 a 9.405,00	7,5%	470,25
De 9.405,01 a 12.540,00	15%	1.175,63
De 12.540,01 a 15.675,00	22,5%	2.116,13
Acima de 15.675,00	27,5%	2.899,88

Valor do PLR anual (em R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir do imposto (em R\$)
De 0,00 a 6.677,55	0,0%	—
De 6.677,56 a 9.922,28	7,5%	500,82
De 9.922,29 a 13.167,00	15%	1.244,99
De 13.167,01 a 16.380,38	22,5%	2.232,51
Acima de 16.380,38	27,5%	3.051,53

Ano-calendário de 2015, até o mês de março

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até (1.787,77 x NM)	–	–
Acima de (1.787,77 x NM) até (2.679,29 x NM)	7,5	134,08275 x NM
Acima de (2.679,29 x NM) até (3.572,43 x NM)	15	335,02950 x NM
Acima de (3.572,43 x NM) até (4.463,81 x NM)	22,5	602,96175 x NM
Acima de (4.463,81 x NM)	27,5	826,15225 x NM

Ano-calendário de 2015, a partir do mês de abril

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até (1.903,98 x NM)	—	—
Acima de (1.903,98 x NM) até (2.826,65 x NM)	7,5	142,79850 x NM
Acima de (2.826,65 x NM) até (3.751,05 x NM)	15	354,79725 x NM
Acima de (3.751,05 x NM) até (4.664,68 x NM)	22,5	636,12600 x NM
Acima de (4.664,68 x NM)	27,5	869,36000 x NM

Perguntas e Respostas 2016

- Passou a ter 704 perguntas: foram incluídas 8 perguntas e excluídas outras 3;
- 44 respostas foram aperfeiçoadas;

Será disponibilizado na Intranet da Cosit a planilha com o De/Para do Perguntas e Respostas 2015/2016.

Novidades da Legislação

Contribuição Patronal do Empregador Doméstico

- Prorrogada a possibilidade de dedução da contribuição patronal (do imposto devido) até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018 - art. 2º da Lei nº 13.097, de 19/1/2015 - alterou a redação do inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26/12/1995;
- Alíquota alterada de 12% para 8% para recolhimentos a partir do mês de outubro de 2015 - LC nº 150, art. 34, inciso II, e art. 12 da Lei nº 13.202, de 8/12/2015 - alterou o art. 24 da Lei nº 8.212, de 24/7/1991;
- Obs.: Mantidas as demais regras.

Outros Incentivos Fiscais Prorrogados

- **Audiovisual** - até o ano-calendário de 2017;

Lei nº 13.196, de 1º/12/2015, art. 1º;

- **Pronon e Pronas** - até o ano-calendário de 2020;

Lei nº 13.169, de 6/10/2015, art. 10;

- **Desporto** - até o ano-calendário de 2022;

Lei nº 13.155, de 4/8/2015, art. 43;

A IN RFB nº 1131, de 20/2/2011, será atualizada.

Contribuição à Previdência Complementar do Servidor Público

O art. 84 da Lei nº 13.043, de 13/11/2014, alterou a redação do inciso VII do art. 4º e da alínea "i" do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26/12/1995, para permitir a dedução, respectivamente, das bases de cálculo mensal e anual do IR, das contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da CF/1988, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.

(vigência a partir de 1º/1/2015)

CF/1988, art. 40 e § 15:

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

.....

CF/1988, art. 40 e §15:

.....

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

Art. 84. A Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4º Na determinação da base de cálculo sujeita à incidência mensal do imposto de renda poderão ser deduzidas:

.....

VII - as contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.

.....” (NR)

“Art. 8º A base de cálculo do imposto devido no ano-calendário será a diferença entre as somas:

I - de todos os rendimentos percebidos durante o ano-calendário, exceto os isentos, os não-tributáveis, os tributáveis exclusivamente na fonte e os sujeitos à tributação definitiva;

II - das deduções relativas:

.....

i) às contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da Constituição Federal, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social.

.....” (NR

Lei nº 9.532, de 10/12/1997, art. 11:

Art. 11. As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência privada, a que se refere a alínea e do inciso II do art. 8º da lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e às contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei nº 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da própria pessoa física, ficam condicionadas ao recolhimento, também, de contribuições para o regime geral de previdência social ou, quando for o caso, para regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observada a contribuição mínima, e limitadas a 12% (doze por cento) do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos.

.....

O art. 85 da Lei nº 13.043, de 13/11/2014, acrescentou os §§ 6º e 7º ao art. 11 da Lei nº 9.532, de 10/12/1997, para estabelecer limites à dedução das contribuições para as entidades fechadas de previdência complementar de natureza pública de que trata o § 15 do art. 40 da CF/1988.

Art. 85. O art. 11 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 6º e 7º:

“Art. 11.

§6º As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência complementar a que se referem o inciso VII do art. 4º e a alínea i do inciso II do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, desde que limitadas à alíquota de contribuição do ente público patrocinador, não se sujeitam ao limite previsto no **caput**.

§ 7º Os valores de contribuição excedentes ao disposto no § 6º poderão ser deduzidos desde que seja observado o limite conjunto de dedução previsto no **caput**.” (NR)

Exemplos no Perguntão 2016: 318

1. Afonso recebeu um total de rendimentos tributáveis de R\$ 100.000,00 e o patrocinador contribuiu para a entidade fechada de previdência complementar de natureza pública com R\$ 8.000,00;

Afonso efetuou as seguintes contribuições:

- para entidades de previdência complementar: R\$ 7.000,00;
- para o Fapi: R\$ 3.000,00;
- para a entidade fechada de prev. comp. pública: R\$ 8.000,00;

Como a contribuição do patrocinador foi igual à do contribuinte, toda a parcela de contribuição efetuada pelo contribuinte à previdência complementar (**R\$ 8.000,00**) é dedutível;

As demais contribuições somaram **R\$ 10.000,00** (R\$ 7.000,00 + R\$ 3.000,00), não atingindo o limite de 12% e são integralmente dedutíveis;

Afonso poderá deduzir o valor de **R\$ 18.000,00** (**R\$ 8.000,00 + R\$ 7.000,00 + R\$ 3.000,00**).

2. Regina recebeu um total de rendimentos tributáveis de R\$ 100.000,00 e o patrocinador contribuiu para a entidade fechada de previdência complementar de natureza pública com R\$ 6.500,00;

Regina ainda efetuou as seguintes contribuições:

- para entidades de previdência complementar: R\$ 7.000,00;
- para o Fapi: R\$ 3.000,00;
- para a entidade fechada de prev. comp. pública: R\$ 7.500,00;

A contribuição da participante limitada à do patrocinador (**R\$ 6.500,00**) é dedutível. Soma-se o excedente (R\$1.000,00) às demais contribuições para a prev. comp. para verificação do limite global de 12%:
R\$ 11.000,00 (R\$ 7.000,00 + R\$ 3.000,00 + R\$ 1.000,00) é < 12% dos rendimentos tributáveis (R\$ 12.000,00) e poderá ser deduzido.

Regina poderá deduzir **R\$ 17.500,00** (**R\$ 6.500,00 + R\$ 11.000,00**).

3. Ana Maria recebeu um total de rendimentos tributáveis de R\$ 100.000,00 e o patrocinador contribuiu para a entidade fechada de previdência complementar de natureza pública com R\$ 6.500,00.

Ana Maria efetuou as seguintes contribuições:

- para entidades de previdência complementar: R\$ 9.000,00;
- para o Fapi: R\$ 3.000,00;
- para a entidade fechada de prev. comp. pública: R\$ 7.500,00

A contribuição da Ana M^a limitada à do patrocinador (**R\$ 6.500,00**) é dedutível. Soma-se o excedente (R\$1.000,00) às demais contribuições para a prev. comp. para verificação do limite global de 12%:

R\$ 13.000,00 (R\$ 9.000,00 + R\$ 3.000,00 + R\$ 1.000,00) é > 12% dos rendimentos tributáveis (R\$ 12.000,00), portanto, somente parte desse valor (**R\$ 12.000,00**) poderá ser deduzido.

Ana M^a poderá deduzir **R\$ 18.500,00** (**R\$ 6.500,00** + **R\$ 12.000,00**).

Aperfeiçoamentos na Declaração de Ajuste Anual

- A exigência de indicação do CPF de dependente foi reduzida de 16 para 14 anos;

Obs.: A IN RFB nº 1610, de 21/1/2016, alterou o inciso III do art. 3º da IN RFB nº 1548, de 13/2/2015;

- Alteração da denominação do código de ocupação **255** de “psicólogo e psicanalista” para apenas “psicólogo” e criação do código **254** para “psicanalista”:

254 - Psicanalista

255 - Psicólogo

Obs.: A IN RFB nº 1620, de 19/2/2016, alterou o Anexo Único da IN RFB nº 1531, de 19/12/2014.

Ganho de Capital

Tributação com uso de alíquotas crescentes em razão do valor do ganho de capital.

MP nº 692, de 2015, art. 1º - encontra-se no Senado Federal, após a aprovação na Câmara dos Deputados do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 25, de 2015, com significativas alterações na tabela prevista no art. 1º da MP.

Obs.: A vigência deve observar o disposto no § 2º do art. 62 da CF/1988.

“Art. 62

.....

§ 2º Medida provisória que implique instituição ou majoração de impostos, exceto os previstos nos arts. 153, I, II, IV, V, e 154, II, só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.

.....”

Assim, se a MP for convertida em lei em 2016, os efeitos quanto à nova tributação do IR sobre ganho de capital (GCAP progressivo) serão produzidos a partir de 1º/1/2017.

Ganho de Capital

Alíquota

- até R\$ 1 milhão 15 %
- > R\$ 1 milhão até R\$ 5 milhões 20 %
- > R\$ 5 milhões até R\$ 20 milhões 25 %
- > R\$ 20 milhões 30 %

MP
692,
de
2015

- até R\$ 5 milhões 15 %
- > R\$ 5 milhões até R\$ 10 milhões 17,5 %
- > R\$ 10 milhões até R\$ 30 milhões 20 %
- > R\$ 30 milhões 22,5 %

PLV
25,
de
2015

O IR sobre GCAP na transferência por valor superior ao constante na última declaração do **de cujus** ou do custo de aquisição deve ser pago pelo inventariante até a data prevista para a entrega da DFE (conforme art. 23, § 2º, da Lei nº 9.532, de 10/10/1997).

A IN RFB nº 1620, de 19/2/2016, alterou o disposto no § 5º do art. 10 da IN SRF nº 81, de 11/10/2001.

Assim, o disposto no § 5º do art. 10 da IN SRF nº 81, de 2001, ficou igual ao que já estava previsto no inciso III do § 3º do art. 30 da IN SRF nº 84, de 11/10/2001.

O programa GCAP2016 já foi definido assim.

Instruções Normativas e Atos Declaratórios Interpretativos

IN RFB nº 1.542, de 2015:

Alterou a IN RFB nº 1.214, de 12/12/2011 - limites para remessa de valores, isentos do IRRF, destinados à cobertura de gastos pessoais, no exterior, de pessoas físicas residentes no País, em viagens de turismo, negócios, serviço, treinamento ou missões oficiais;

IN RFB nº 1.548, de 2015:

Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

IN RFB nº 1.558, de 2015:

Alterou a IN RFB nº 1.500, de 29/10/2014 - normas gerais de tributação relativas ao IRPF;

Instrução Normativa RFB nº 1585, de 2015

IR incidente sobre os rendimentos e ganhos líquidos auferidos nos mercados financeiro e de capitais.

IN RFB nº 1.587, de 2015:

Dirf relativa ao ano-calendário de 2015 e PGD Dirf 2016;

IN RFB nº 1.610, de 2016:

Alterou a IN RFB nº 1.548, de 13/2/2015 - Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

IN RFB nº 1.611, de 2016:

IRRF sobre rendimentos pagos, creditados, empregados, entregues ou remetidos para pessoas jurídicas domiciliadas no exterior nas hipóteses que menciona;

IN RFB nº 1.613, de 2016:

Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2016, ano-calendário de 2015, pela pessoa física residente no Brasil;

IN RFB nº 1.614, de 2016:

Aprova o programa multiplataforma GCAP2016;

IN RFB nº 1.615, de 2016:

Aprova o programa multiplataforma GCME2016;

IN RFB nº 1.616, de 2016:

Aprova o programa multiplataforma Carnê-Leão2016;

IN RFB nº 1.617, de 2016:

Aprova o programa multiplataforma Atividade Rural2016.

IN RFB nº 1.620, de 2016:

Alterou as IN SRF nº 81, de 11/10/2001 - Espólio e a IN RFB nº 1531, de 19/12/2014 - programa Carnê-Leão.

ADI RFB nº 1, de 18 de janeiro de 2016:

IR nas aplicações financeiras de titularidade de pessoa física que adquire a condição de não residente.

ADI RFB nº 3, de 15 de abril de 2015:

Isenção do rendimento referente à alimentação fornecida gratuitamente pelo empregador a seus empregados.

Projetos para 2016

A Dirpf da Cosit pretende, ao longo do ano de 2016, atualizar a IN RFB nº 1500, de 2014 (normas gerais do IRPF) e revisar todas as demais IN que dispõem sobre a legislação do IRPF (118/00, de 2000, 81, 83 e 84, de 2001, 208, de 2002, 599, de 2005, e 1.131, de 2011).

Etapas:

- 1. análise da legislação correlata, revisão, com atualização, do texto original da IN e análise das sugestões recebidas;**
- 2. elaboração de minuta e envio às Disit para avaliação;**
- 3. análise das sugestões recebidas das Disit;**
- 4. revisão final e envio ao Gabin/RFB.**

Os integrantes do Grupo de Trabalho dos Pareceres Normativos Cosit/CST estão reescrevendo alguns Pareceres Normativos, que serão revisados pela Dirpf, discutidos com os integrantes do GT e encaminhados ao Gabin/Cosit para avaliação.

Na Intranet da RFB:

Informe-se/RFOC ou Unidades da RFB/RFOC

Subsecretarias/Tributação e Contencioso

Cosit

Biblioteca Cosit

Seminário PIR - PF 2016

“Lista do Material”

2016

SEMINÁRIO NACIONAL

PIR - PF

**PROGRAMA DO IMPOSTO SOBRE
A RENDA DA PESSOA FÍSICA**

Cosit - Novidades da Legislação